



Editorial

A opinião do GLOBO



Editorial

A opinião do GLOBO.

Houve exagero contra empresários bolsonaristas

Evidências comprovam necessidade de investigar, não de congelar contas ou promover busca e apreensão

Por Editorial

31/08/2022 00h10 · Atualizado há 8 horas

Fez bem o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em divulgar enfim explicações sobre a operação deflagrada pela Polícia Federal (PF) na semana passada contra um grupo de oito empresários bolsonaristas que, em conversas num aplicativo de mensagens reveladas pelo portal Metrôpoles, prestavam apoio a um golpe que mantivesse o presidente Jair Bolsonaro no cargo e evitasse a volta ao poder do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O teor absurdo das conversas precisa ser repudiado com veemência por qualquer um preocupado com o futuro da democracia brasileira, mas, como elas não traziam nenhum indício concreto de que os autores estivessem mesmo tramando ou financiando atos de cunho golpista —



O ministro Alexandre de Moraes — Foto: Divulgação/TSE

apenas manifestavam um desejo sem fundamento nem cabimento —, havia uma dúvida legítima sobre o embasamento da decisão de Moraes, que a divulgação contribui para dirimir.

- **Conversas sobre golpe: Moraes e Aras se reúnem no TSE após divergências sobre operação que mirou empresários bolsonaristas**

Para autorizar a operação, Moraes se baseou num pedido da Polícia Federal e numa manifestação do juiz instrutor Airton Vieira. Nela, dois dos empresários que participaram das conversas são associados a inquéritos que já tramitavam na Corte, investigando o financiamento da disseminação de notícias fraudulentas sobre o sistema eleitoral, ameaças aos ministros do STF e a organização de manifestações antidemocráticas, como os atos golpistas de 7 de setembro do ano passado.

Com base na suspeita de que esses mesmos empresários poderiam estar conspirando nas mensagens para deflagrar um golpe de fato, Moraes autorizou busca e apreensão em seus endereços residenciais e comerciais, a quebra do sigilo bancário deles e de algumas empresas, além do congelamento de suas contas bancárias e em redes sociais. Por mais que houvesse fundamento para aprofundar as investigações, parece claro, diante das evidências apresentadas, que o conjunto de medidas tomadas foi um exagero.

- **Eleições 2022: TSE restringe porte de armas em locais de votação nos dois turnos**

Dos oito empresários, apenas dois são mencionados nos trechos divulgados dos inquéritos anteriores. Além disso, não veio à tona nenhum indício que justificasse o congelamento das contas bancárias (nenhuma prova de que sejam usadas para financiar atos golpistas). O mais recomendado nessa situação seria primeiro ampliar as investigações por meio da quebra de sigilo, para depois congelar contas ou promover busca e apreensão.

A proximidade das eleições e o momento político sensível recomendam comedimento da Justiça. Moraes tomou posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob aplausos e com apoio unânime da classe política, da sociedade civil e do setor produtivo, investido da

missão espinhosa de garantir um clima civilizado no pleito. É uma missão crítica para a democracia brasileira.

Para cumpri-la, é essencial que enfrente de modo determinado o questionamento infundado à lisura do sistema eleitoral, as ameaças de Bolsonaro e seus seguidores de rejeitar um resultado desfavorável nas urnas e todo tipo de conspiração golpista. Portanto é necessário que investigue os empresários. Mas isso não significa que deva recair no açodamento que acaba por deteriorar a qualidade dos processos judiciais. É um equilíbrio delicado. A conflagração eleitoral exige das Cortes superiores o máximo de serenidade e sabedoria.

ALEXANDRE DE MORAES

Comentários (7)